

Bruxelas, 5 de novembro de 2024
(OR. en)

14567/24

ECOFIN 1154
ENV 1010
CLIMA 365
FIN 918

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

Assunto: Conclusões do Conselho sobre o financiamento internacional da ação climática tendo em vista a 29.^a Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP29 na CQNUAC), a realizar em Bacu de 11 a 22 de novembro de 2024
– Substituição pelo novo ponto 17

Junto se envia, à atenção das delegações, um novo ponto 17 das Conclusões do Conselho sobre o financiamento internacional da ação climática tendo em vista a 29.^a Conferência das Partes na CQNUAC (COP29), o qual substitui o anterior ponto 17 das referidas conclusões, tendo sido adotado pelo Conselho (ECOFIN) na reunião realizada a 5 de novembro de 2024.

ADENDA ÀS CONCLUSÕES DO CONSELHO ECOFIN DE 2024 SOBRE O FINANCIAMENTO INTERNACIONAL DA AÇÃO CLIMÁTICA (SUBSTITUIÇÃO DO PONTO 17)

SALIENTA o contributo da UE e dos seus Estados-Membros em 2023 para apoiar a ação climática nos países em desenvolvimento, que ascendeu a 28,6 mil milhões de euros¹ em financiamento público internacional e a 7,2 mil milhões de euros² em financiamento privado mobilizado.

¹ Este valor inclui fontes de financiamento da ação climática provenientes de orçamentos públicos e de outras instituições financeiras para o desenvolvimento e é calculado com base nos compromissos de pagamentos de contribuições bilaterais e multilaterais constantes dos relatórios apresentados pelos Estados-Membros nos termos do artigo 19.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2018/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2018. Inclui também o montante de 3,2 mil milhões de euros destinado ao financiamento da ação climática proveniente do orçamento da UE, nomeadamente do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Mais, e o montante de 2,6 mil milhões de euros proveniente do Banco Europeu de Investimento.

² O valor diz respeito ao apoio financeiro privado mobilizado através de intervenções públicas (garantias, empréstimos sindicados, investimento direto em empresas, linhas de crédito, etc.). Não inclui quaisquer montantes de financiamento público utilizados para a mobilização deste apoio financeiro privado.